

O ORAL E O ESCRITO SOB O VIÉS ENUNCIATIVO: REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Carmem Luci Costa e Silva¹

Magali Lopes Endruweit¹

clcostasilva@hotmail.com

magali.endruweit@gmail.com

RESUMO: Este estudo pretende discutir a constituição de uma metodologia na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. A oralidade e a escrita sendo tomadas como *corpus* oferecem um modelo de análise em que a intersubjetividade constitui-se um ponto chave. A enunciação, concebida como ato individual de apropriação da língua, instancia os sujeitos um diante do outro e mostra o jogo singular de atualização de formas para produção de sentidos sempre particulares a cada ato. Como consequência disso, todas as etapas de pesquisa em enunciação, da constituição dos *corpora* à análise dos fatos enunciativos de linguagem, atestam o diálogo enunciativo único entre um *eu* e um *tu* e mostram a produção de referências como vinculada à situação específica de conversão individual da língua em discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Enunciação; oralidade; escrita; metodologia.

INTRODUÇÃO

Eleger uma teoria enunciativa para servir de esteio à análise da enunciação oral e escrita significa optar por um olhar dirigido ao não-repetível, característica de toda enunciação. Consequências advêm dessa escolha. A primeira delas, evidentemente, é a constatação de que toda opção significa uma perda; ao elegermos um viés de análise, o que foi posto de lado, sobra.

A segunda consequência está diretamente ligada ao objeto de análise. Tratar de enunciação é entender que a língua é posta em funcionamento *por um ato individual de utilização*. É o uso que atualiza a língua. Se cada enunciado é único e irrepitível, então é possível que todas as ocorrências verificadas na seleção de um *corpus* possam ser objeto de

¹ Professoras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

estudo, pois seriam inesgotáveis as possibilidades de emprego das formas analisadas na língua em uso. Há, portanto, um leque enorme para análise. Mas se a possibilidade de constituir o *corpus*² é vasta, também deverá sê-lo a metodologia de análise.

Na verdade, não há *um método a priori* em teoria da enunciação, ao menos não na teoria de Benveniste, teoria a que este trabalho se filia, que possa ser empregado como um modelo para estudar um fenômeno linguístico. Com isso, queremos dizer que as análises enunciativas são, de certa forma, decorrentes de uma proposta metodológica singular que não tem a pretensão da universalidade. Ora, se cada enunciação é única, por que deveríamos lançar mão de um modelo geral e universal de análise para dar conta de enunciados tão diversos?

Não se pode negar, no entanto, que, se por um lado, a presença de um modelo acabado de análise minimiza a possibilidade de erro do pesquisador; por outro lado, a possibilidade de construir uma análise para cada fato estudado, a partir de princípios teóricos, confere uma amplitude que possibilita a criação de novas formas de ver a enunciação cada vez que ela acontece.

A enunciação oral requer do pesquisador a consideração de dois aspectos: os constitutivos da natureza da oralidade e os singulares relacionados ao ato único de conversão da língua em discurso por um locutor a um alocutário em uma situação específica.

Já ao tomar a escrita como um lugar de onde o sujeito se enuncia, o pesquisador passa a vê-la além da representação gráfica, carregada de enunciação - assim como a oralidade - e em ambos os casos, tanto a língua quanto o homem tornam-se visíveis.

Para refletirmos sobre as enunciações oral e escrita, dividimos este estudo em quatro partes: na primeira, abordamos questões fundamentais da Linguística da Enunciação, particularmente da Teoria Enunciativa que embasa a reflexão que apresentamos; na segunda, discutimos a noção de fato enunciativo da linguagem, para nas terceira e quarta tratarmos das especificidades das enunciações oral e escrita.

² Silva (2005) sustenta a existência de um *programa* de estudos e não uma definição precisa do que seria o *corpus*. Salienta que apenas Authier-Revuz apresenta um *corpus* de natureza enunciativa definido com mais rigor. De toda forma, parece coerente com os fundamentos de uma teoria enunciativa um alargar de horizontes em se tratando do objeto de estudo. Flores e Teixeira (2005:10) sintetizam bem tal questão: “qualquer fenômeno linguístico de qualquer nível (sintático, morfológico, fonológico, etc.) pode ser abordado desde o ponto de vista da Linguística da Enunciação. Se assim não fosse, estar-se-ia criando uma hierarquia entre “compartimentos” da língua e haveria o “compartimento” da enunciação e o da “não-enunciação”.

1. A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE

Filiar-se a um lugar teórico é uma decisão que traz comprometimentos importantes, sugerindo justificar tal decisão. Em primeiro lugar, faz-se necessário perguntar o que releva para esta pesquisa ligar-se à Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Em se tratando de uma área teórica, não é possível falar em homogeneidade, e a teoria da enunciação não foge à regra. Diversas são as teorias à sombra dessa etiqueta,³ inviabilizando o entendimento de que exista *uma* Teoria da Enunciação. Referindo-se à tal pluralidade, Teixeira e Flores (1995:20) afirmam que,

Teorias da Enunciação é como se conhece o conjunto de trabalhos que estuda os fatores e atos que comprovam a produção de um enunciado. Refletindo sobre questões de interlocução, intersubjetividade, tempo e lugar, essas teorias buscam preencher as lacunas da lingüística pelo argumento de que o estudo semântico dos enunciados é insuficiente quando não se leva em conta a enunciação.

E é, ainda, Flores (2001) quem se refere à existência de uma *Lingüística da Enunciação* capaz de ligar todas as teorias que tratam da enunciação, desenvolvendo um estudo da semântica da língua, pois, “a lingüística da enunciação vê os fenômenos que estuda, sejam eles de natureza sintática, morfológica ou de qualquer outra, do ponto de vista de seu sentido” (p.57). Soma-se a esses, mais um traço comum: todas as teorias concebem uma cena enunciativa. O próprio autor sintetiza a questão, afirmando que, “desde que se considere a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos, há sempre sujeitos, espaço e tempo implicados” (p.58).

Mas de todos os autores que tomam a enunciação como centro de seu trabalho é à reflexão de Benveniste que é preciso recorrer nesse momento. Qual a razão de tal opção? Se todos tomam sujeito, espaço e tempo como implicados na enunciação, por que especificamente Benveniste poderia ancorar um estudo sobre uma análise de fatos da oralidade e da escrita? Procuremos, a seguir, as razões de tais opções, começando pelas sugestivas palavras de Barthes:

A escrita de Benveniste é muito difícil de descrever, porque ela é *quase* neutra; só por vezes uma palavra, à força de ser justa, poder-se-ia dizer, de tal modo a justeza parece acumular-se nela, brilha, arrebata como um feitiço, arrastada por uma sintaxe cuja medida, o ajustamento e a exactidão (todas elas qualidades de um marceneiro) atestam o prazer que o cientista sentiu ao formar as suas frases. (Barthes;1984:152)

³ Flores (2001:55) elenca vários autores que se dedicam a estudar a semântica da língua: “Bally fala de *modus e dictum* no quadro da estilística; Jakobson fala das funções da linguagem e dos shifters no escopo da teoria da comunicação; Benveniste dos indicadores de subjetividade e do aparelho formal de enunciação; Ducrot da polifonia integrada à concepção da argumentação na língua; Bakhtin das formas de apresentação da voz de outrem no quadro do dialogismo; Authier-Revuz das não-coincidências do dizer concernentes ao campo da enunciação e da metalinguagem e Orecchioni das formas da subjetividade na linguagem”.

Uma escrita *quase* neutra diz muito para este estudo. A citação de Barthes, ao mesmo tempo em que descreve o cientista Benveniste, revela a relação do homem com a língua, escultor cuidadoso envolvido em sua criação e, por isso, parcial. Para ser justa, uma palavra não pode ser neutra, não pode abstrair-se do sujeito. Tratar de enunciação é tratar do sujeito. Tanto é assim, que facilmente, pode-se notar o estatuto que o sujeito tem na Teoria da Enunciação, levando a crer que estamos diante de uma teoria do sujeito. Para esclarecer esse assunto, ocupemo-nos uns instantes da questão do sujeito na teoria de Benveniste.

Para Dosse (1993:61), Benveniste foi um iniciador em “um período em que se pensava a linguagem abstraindo-se do sujeito”; época refratária e pouco fecunda a uma teoria enunciativa. Sem dúvida, era árida a terra à volta de Benveniste. Sua singularidade deve-se sobremaneira ao contexto histórico no qual sua teoria foi produzida. Flores (2001:24) entende “tratar-se do apogeu do estruturalismo nas ciências humanas como método rigoroso da análise de fenômenos antes excluídos da investigação científica”. Mas as adversidades iniciais não o impediram de reintroduzir “o recalcado no âmago da preocupação da linguística: o sujeito, por sua abordagem enunciativa” (Dosse; *op cit*:62), não o impediram também de fundar linguisticamente a noção de subjetividade.

No texto “Da subjetividade na linguagem” (Benveniste, 1995), pode-se notar o caráter constitutivo da linguagem, distanciado do aspecto instrumental, pois, não é possível estabelecer uma oposição entre ela e o homem, o que significaria, segundo Benveniste, opor o homem a sua própria natureza:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (Benveniste; 1995:285)

Esse belíssimo texto aproxima homem e linguagem, criando uma relação entre locutores, admitindo a existência da intersubjetividade e marcando a epistemologia da enunciação para Benveniste. Para ele, a linguagem é intersubjetiva.

A possibilidade de o locutor tornar-se sujeito se dá em um processo de apropriação⁴ da língua, em um jogo de interação dado pelo uso das formas lingüísticas, pertencentes à língua. Assim afirma Benveniste:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. (Idem:286)

⁴ Tal posicionamento, segundo Flores (1999:189), tem sido alvo de críticas que contemplam apenas parte do pensamento do autor. Tomadas descontextualizadas do todo, as afirmações de Benveniste podem sugerir um afastamento do quadro estruturalista saussuriano. Esse assunto será tratado a seguir.

O sujeito constitui-se pela propriedade fundamental que é a subjetividade-intersubjetividade um atributo da *linguagem* e não de algumas *línguas particulares*, uma característica universal, pois todas as línguas possuem categoria de pessoa, “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível” (*op. cit.*:287). Assim, Benveniste retoma os pronomes pessoais a partir da noção de pessoa, tornando-se esta uma questão central em enunciação. *Eu*, para o autor, é essencialmente linguístico, é a palavra que coloca a língua em funcionamento, e *eu* e *tu* constituem-se as únicas palavras da língua indispensáveis para que haja relação entre os sujeitos, para que haja intersubjetividade. É, pois, a partir do *tu* que é possível pensar o *eu*. No momento da enunciação e pela enunciação, o *eu* se constitui, sendo, portanto, *sui-referencial*. Mas tal constituição não é possível de se dar sem a presença do *tu*. Logo, o *eu* necessita do *tu* para poder constituir-se como pessoa, para poder enunciar, criando uma relação de troca entre ambos. Na medida em que se constituem mutuamente, são constituídos pela língua.

Entretanto, os pronomes pessoais prevêm a terceira pessoa, *ele*, e como diz Benveniste (1995:250), “estamos aqui no centro do problema, visto ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”, pois tudo o que não pertence a *eu-tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa. *Ele* pode ser qualquer sujeito ou nenhum, apenas é impossível invertê-lo com os dois primeiros. Dessa forma, o sistema pronominal pessoal foi dividido em dois grupos, deixando claro a existência de uma estrutura opositiva entre eles. O autor aponta, ainda, a divisão de *pessoa* em *pessoa subjetiva* e *pessoa não-subjetiva*, ou seja, a *correlação de subjetividade* e a de *personalidade*, marcando definitivamente a diferença entre *eu-tu* e *ele*.

A *correlação de personalidade* aparta a pessoa da não-pessoa, separando *eu-tu*, como um par em que existe a inversibilidade e as marcas de pessoa, do *ele*, privado dessa marca e caracterizado como forma verbal para indicar a não-pessoa. A categoria de pessoa prevê a unicidade do *eu*, garantindo que cada enunciação seja única, irrepetível e, que após o seu término, esse *eu* seja necessariamente convertido em *tu*. Essa estreita relação entre *eu* e sua enunciação “revela, igualmente, o princípio da comunicação intersubjetiva: tu é uma possibilidade de vir ser eu, sendo pressuposto em toda enunciação. É essa possibilidade que faz com que tu seja uma pessoa” (Silva, 2005:86).

A inversibilidade entre *eu* e *tu* é expressa na *correlação de subjetividade*. Essa inversibilidade não os torna hegemônicos, pois é sempre *eu* que propõe *tu*, conferindo ao *eu* uma transcendência em relação ao *tu*. Há uma assimetria entre os dois termos impossibilitando que sejam tomados como dois centros independentes de emissão e de

recepção. É também unicamente o *eu interior* ao enunciado e *exterior a tu*, sendo, portanto, a única pessoa realmente subjetiva. Significa que a categoria de pessoa passa a ser definida em termos de subjetividade, além do traço de pessoalidade, significa, também, que a diferença entre pessoa e não-pessoa reside na natureza da referência que estabelecem.

Tomemos a pergunta feita por Benveniste em “A natureza dos pronomes” (1995:278), “qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere eu ou tu? E a resposta afirma tratar-se de algo muito singular, isto é, uma “realidade de discurso”⁵. Tal par tem como referência somente a instância de discurso que os contém, visto serem únicos a cada enunciação e pertencerem ao nível pragmático da linguagem. Segundo ele, *eu não tem valor a não ser na instância na qual é produzido*, ou ainda, “a forma eu só tem existência lingüística no ato de palavras que a profere” (*op.cit.*, :279). Desse modo, *eu* e *tu* são signos vazios que se tornam plenos em cada enunciação, que é, por conta disso, única e irrepetível. Tal é “a propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” (*op.cit.*: 281). Sintetizando, é preciso citar a célebre frase do autor em que ele qualifica a subjetividade como uma propriedade fundamental da linguagem, definida como “É “ego” que⁶ *diz ego*” (*op.cit.* :286), como sendo um locutor que se diz sujeito⁷.

Mas, como vimos, a existência do par *eu* e *tu* depende da relação com o *ele*. Por isso, tratemos ainda um instante dos signos de *não-pessoa*, definidos por Benveniste como pertencentes à sintaxe da língua em oposição às instâncias de discurso.

Para o autor, a forma *ele*, que tem por função combinar-se com uma referência objetiva de maneira independente da instância enunciativa que a contém, pertence ao nível sintático da língua. A “terceira pessoa” ou a não-pessoa apresenta algumas propriedades distintas (*op. cit.*, 1995:283):

1º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc.

Há, portanto, uma diferença de forma e de natureza entre o par *eu-tu* e a não-pessoa *ele*. A função de *representação sintática* de termos funciona como substituição abreviativa. Benveniste exemplifica tal característica na frase *Pedro está doente; ele está com febre*, em que é possível observar a substituição que corresponde a uma necessidade de economia, não

⁵ Benveniste entende “realidade de discurso”, “instâncias do discurso” como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (1995:277).

⁶ No original, (1966:260) *est “ego” qui dit “ego”*, há a possibilidade do pronome *qui* ser entendido como *quem*.

⁷ A esse respeito, Flores (1999:206) salienta não se tratar de um “ego” exterior, “mas de um sujeito que se instaura lingüisticamente pelas formas da língua (entre elas o eu) numa situação temporal específica”. Silva (2005:88) afirma haver nessa repetição um “retorno” sintático que produz uma unicidade da enunciação. Sob seu ponto de vista, o segundo “eu” passa a ser apenas marca lingüística do locutor.

havendo “nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa” (*op. cit.* :283). Vê-se que o paradigma *ele* adquire existência linguística apenas quando usado, pois *a forma ele...* “tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu” (*op. cit.* p.292). É, pois, um signo móvel, capaz de remeter a sintagmas diferentes em cada enunciação e apresentar um sentido único, podendo, por isso, combinar-se com qualquer referência ou nenhuma. A esse respeito Lichtenberg (2001:124) conclui:

A *não-pessoa* que, na língua, “não designa nada nem ninguém”, em certa medida não difere muito dos *indicadores de subjetividade*, que são móveis, instituindo, a cada enunciação, um *eu*, um *tu*, um *este*, um *aqui*, um *agora*. A *não-pessoa*, embora, guardando resquícios da significação, um certo conceito existente na língua, a cada situação de uso, a cada situação de *emprego*, relaciona-se a um referente determinado pela *idéia* expressa pelo locutor. É, na língua, conceito, “o não importa quem ou não importa o que”; na instância de discurso, não tem um referente *fixo*, *atualiza-se* na situação na qual o locutor se insere, à *idéia* que esta situação suscita, à atitude do locutor diante desta situação.

Interessante entender que “móvel” remete a uma língua que não é dotada de sentidos prévios. Pelo contrário, é o locutor quem atribuirá o sentido - sempre único - ao colocar a língua em uso. Trata-se também de ver nessa mobilidade da não-pessoa a capacidade de constituir referência em cada enunciação. Nesse sentido, a língua é toda enunciativa, abrangendo bem mais que um “aparelho formal de enunciação”.

Do que foi dito a respeito da Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, importa retomar alguns pontos capitais para o prosseguimento deste trabalho.

O primeiro ponto deve precisar o objeto da Teoria da Enunciação, ou seja, o que pretende estudar tal teoria? Trata-se de uma semântica, em seu sentido mais amplo, cujo interesse é o ato mesmo de produzir um enunciado marcado pela enunciação, esta sim fugaz e irrepitível. Para Flores e Teixeira (2005:107), “o sujeito não é propriamente o objeto de estudo de uma teoria linguística, mas, sim, a representação que a enunciação dá dele”. Na verdade, o interesse de Benveniste é a intersubjetividade, o que bem comprova o que vimos até aqui sobre a categoria de pessoa e de não-pessoa. Vale, portanto repetir Benveniste (1995:285): “...não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”. A condição para o homem existir é ser constituído pelo outro, seu *a priori* é a intersubjetividade, e esta, a condição para a subjetividade.

É possível pensar então em um *ausente* na teoria de Benveniste? Claudine Normad (1996:145) afirma que sim. E mais, para ela, não há o sintagma *sujeito da enunciação* na obra de Benveniste, posto que “seu problema era, explicitamente, a significação; mas ele encontrava, necessariamente, o sujeito que fala e dá (ou pensa *dar*) sentido”. Como seria possível não tropeçar a todo o momento no sujeito, se a significação ancora-se na enunciação?

Só se tropeça no que é impossível desviar. Em suma, ainda que o sujeito em si não seja a questão proposta pela Teoria da Enunciação, é importante pensar a respeito desse *ausente* que quanto mais evidente, menos aparente, como bem comprova a trajetória da *carta roubada*⁸, cujo esconderijo a deixava à mostra e, por isso, a escondia.

Flores (1999:189), visando responder a pergunta: “o que é esse sujeito do qual fala Benveniste?”, sustenta que a subjetividade ancora-se na categoria de pessoa presente no sistema da língua, mas totalmente dependente da inversibilidade entre “eu”-“tu”. É, pois, a partir da intersubjetividade, decorrente de tal relação, que se pode pensar na categoria lingüística de pessoa e que o uso da língua é viabilizado. Por essa razão, “é possível dizer que o sujeito tratado por Benveniste não pode ser visto como egocêntrico no sentido genérico atribuído a esse termo em um contexto psicológico, mas é um sujeito que se representa lingüisticamente “(*op. cit.* :190). E mais: se Benveniste trata da significação⁹, a reflexão sobre o sujeito vem atrelada a ela. É o sujeito¹⁰ da enunciação, através do aparelho formal da enunciação, que possibilita a significação se atualizar.

A segunda consideração releva da primeira, mais precisamente do que se entende por enunciação intersubjetiva constituída pela co-referência dialética com o outro. Se na enunciação o locutor se apropria da língua e ao dizer *eu* institui-se como sujeito ao mesmo tempo em que instaura um *tu* diante dele, esse diálogo somente torna-se possível por conta da determinação do espaço e do tempo fundados em relação ao *eu*. Novamente, esbarra-se no sujeito. E é este encontro que possibilita o entendimento de que a enunciação é um ato singular e único. A questão é que tal singularidade, instaurada em um momento fugaz traz à tona a referência como decorrência dessa relação com o momento presente. Mas o que significa tratar da referência?

Significa colocar esse termo em relação à interação de um homem com outro homem, entre a língua e o homem, mas não entre a língua e o mundo. As palavras em Benveniste referem-se sempre ao *eu* e não à realidade, pois o autor coloca a enunciação na língua, por isso, trata-se de referência ao sujeito que enuncia. Segundo Benveniste, nós usamos a língua para falar do mundo através do sujeito, sempre excluindo a referência ao mundo. Se é possível tal movimento, devemos ao sujeito sua articulação, tributamos a ele a

⁸ Referimo-nos ao conto de Edgar Allan Poe “A carta roubada”, retomado por Lacan em um texto que inaugura seus *Escritos*. O conto revela a trajetória de uma carta/letra (em francês o significante designa os dois termos) e os efeitos que seu desaparecimento/aparecimento vai produzindo em relação aos personagens, ainda que, para todos, o seu conteúdo seja desconhecido.

⁹ Tal interesse pode ser comprovado no texto “Semiologia da língua” em que Benveniste opõe os dois níveis semiótico e semântico para dar conta da significação.

¹⁰ É importante salientar que entendemos o sujeito da enunciação como sendo dotado de inconsciente, noções, a nosso ver, inseparáveis. Tal ponto de vista embasa-se nas reflexões de Flores (1999).

fugacidade da enunciação. Bressan (2003:13), tratando do *ato evanescente* como objeto da Teoria da Enunciação, diz que:

Talvez se entenda o motivo pelo qual o locutor só se torna sujeito ao dizer “eu”, e a razão de uma referência não estável, já que ela só existe na situação de discurso, que é cada vez única, e que depende de um sujeito que logo não é mais sujeito. Nada permanece. Nem no mundo, nem na língua.

2. DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E DA NOÇÃO DE *FATO* ENUNCIATIVO

O caminho trilhado até aqui permite vislumbrar alguns pressupostos norteadores. Partamos de Saussure, sempre um porto seguro. Ao delimitar o objeto da Linguística, no CLG, Saussure nos diz que “outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre”. Adiante, a questão é sintetizada: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (2000:15).

Dizer que *o ponto de vista cria o objeto* significa tributar ao olhar do pesquisador a capacidade de determinar o fato linguístico no momento em que este for tomado para estudo. Nesse sentido, não há um fenômeno *a priori* a ser analisado, mas um objeto constituído no momento em que determinada teoria dele se ocupa. Considerar o olhar do cientista é incluí-lo como partícipe em um processo de análise, é somar ao objeto de estudo o viés do observador. Por essa razão, Flores (2001:59) diz tratar-se de *fatos* e não de *dados*, ao referir-se ao *corpus*, “porque realmente não se trata de algo “dado” enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico”. E é próprio que seja assim, visto se tratar de uma teoria que entende a intersubjetividade como condição para a subjetividade.

Benveniste (1995:127) já havia chamado à atenção para a peculiaridade do estudo de um *fato* linguístico, visto a possibilidade de todas as questões serem propostas ao mesmo tempo,

e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. A grande mudança sobrevinda em linguística está precisamente nisto: reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo. (grifo nosso)

Significa dizer que a descrição do *fato*, seja ela formal ou não, não é independente da teoria que o elege e que lhe dá existência. Em outras palavras, quando se estuda a semântica de uma língua pelo viés enunciativo – e é de suma importância que se registre tratar-se de uma semântica – não há um *dado* pronto à espera do pesquisador. O que há são *fatos*

produzidos por um sujeito no momento da enunciação, e estes serão tomados para estudo segundo o ponto de vista do pesquisador.

Se estamos nos inspirando na Teoria da Enunciação de Benveniste, é possível afirmar que o objeto de estudo será a enunciação, atualizada em cada cena enunciativa e compreendendo toda a língua. Flores e Teixeira (2005:9), seguindo as idéias de Benveniste, nos dizem que:

Se o *aparelho formal de enunciação* é constitutivo da língua então ela mesma comporta referência ao seu próprio uso. Logo, todo e qualquer fenômeno lingüístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que o enuncia. O objeto da *Lingüística da Enunciação* é todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso. A enunciação é, pois, o que constitui esse processo.

O relevante para a formação de uma base empírica para a descrição da linguagem é que seja levada em conta a referência enunciativa do sujeito, o *aqui* e o *agora*. Essa capacidade de ser única e irrepetível, característica da enunciação, possibilita que em uma análise enunciativa a quantidade de *fatos* analisados seja um ponto de pouca relevância, visto a possibilidade infinita de enunciados. Tal característica não impede, porém, a existência de uma estrutura capaz de comportar a enunciação e sua singularidade. E é o que nos diz Benveniste ao afirmar que o *aparelho formal da enunciação* pertence à língua toda, ou seja, há uma estrutura mobilizada pelo sujeito a cada nova enunciação.

Em atenção à clareza, vale repetir: estamos considerando *corpus* uma dada manifestação da linguagem dentro da qual são recortados *fatos enunciativos*, ou seja, o fenômeno propriamente analisado. Nesse sentido, os *fatos*, produtos de recorte que são, podem sempre variar, na medida em que cada análise, em função dos objetivos que tem, pode priorizar diferentes recortes.

3. DO DADO ORAL AO FATO ENUNCIATIVO DE ANÁLISE

Neste item, procuramos explicitar aspectos teórico-metodológicos quanto à forma de abordagem da oralidade pelo viés lingüístico-enunciativo. Essa necessidade advém do compromisso que o pesquisador assume com o teórico e, em alguns casos, com o empírico. Considerar o empírico implica levar em conta a natureza do observável e o ponto de vista a ser adotado para descrevê-lo, pois, no caso do dado oral, a posição teórica do observador direciona o modo de coleta, o recorte a ser realizado, os caracteres da transcrição e os procedimentos de análise. Essas questões mostram a necessidade de o pesquisador considerar as instâncias teórica e metodológica como interdependentes.

Termos como *coleta*, *dado*, *método*, *objeto*, *corpus* e *transcrição* são pensados aqui à luz de alguns princípios, quais sejam: a) como as Teorias da Enunciação supõem que o sistema da língua se atualiza na e pela enunciação – única e irrepetível, então essa concepção é a que permite abordar a oralidade como singular a cada enunciação; b) como a enunciação é um ato que está na dependência daquele que é seu responsável, então todos os passos do processo de investigação são atos de enunciação e requerem ser considerados como tais: *coleta*, *transcrição* e *análise*.

3.1 SOBRE A COLETA

Concebendo as atividades discursivas de cada falante como vinculadas às relações intersubjetivas nas quais suas produções são concebidas como dizeres veiculadores de sentido para o outro, o diálogo é a instância de discurso em que o locutor se declara como tal e implanta o outro diante de si, constituindo, nesse espaço, referências no discurso. Por isso, a coleta de dados precisa considerar esse princípio de intersubjetividade como constitutivo da linguagem e adotar o diálogo informal como modalidade de coleta por permitir, na relação entre interlocutores, a inserção, a mais espontânea possível, do discurso no mundo.

Para um texto oral ser considerado de língua falada, Hilgert (1989:51), valendo-se de Schank & Schwitalla, formula quatro exigências: a) ser uma formulação *ad hoc* livre, sem preparação detalhada anterior; b) consistir em uma fala em situação face a face, de maneira tal que tempo e lugar de produção e recepção coincidam (também conversas telefônicas apresentam essa condição); c) consistir em uma fala em situação natural, na qual a atividade de fala em si mesma não é objeto de observação e d) ocorrer na ausência de observadores, não participantes da atividade de fala, os quais possam exercer uma influência inibidora sobre a interação dos falantes.

Mesmo que as situações de coleta apresentem a maioria das condições descritas acima, o fato de a fala ser objeto de observação faz com que a situação de diálogo não seja totalmente natural, visto os interlocutores levarem em conta justamente o fato de ser a linguagem o elemento investigatório. Nesse sentido, numa situação de coleta de dados, por mais que se busque a naturalidade, o fato de a fala ser objeto de estudo envolve o que Labov (1971) chama de “o paradoxo do observador”. Por isso, o autor (*op. cit.*: 461) alerta: “nós precisamos observar como as pessoas falam quando elas não estão sendo observadas”.¹¹ Isso

¹¹ We want to observe how people talk when are not being observed.

implica a necessidade de o dado ser coletado a partir do diálogo entre pessoas que mantêm algum convívio, para que seja constituído de maneira o menos artificial possível. No entanto, o fato de a linguagem estar em foco na cena faz com que essa conversação não se constitua como totalmente natural. E esse aspecto, com certeza, é constitutivo da situação enunciativa da pesquisa com oralidade.

As formulações de que *as Teorias da Enunciação supõem que o sistema da língua se atualiza na e pela enunciação – única e irrepitível* e de que *uma metodologia enunciativa requer a consideração do princípio de intersubjetividade constitutivo da natureza da linguagem* condensam aspectos transversais ao campo da enunciação. Entretanto, as especificidades da oralidade como investigação científica são aqui pensadas à luz da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste.

A definição mais difundida de Benveniste acerca da enunciação é aquela que a concebe como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989:82). Esse grande processo, segundo o autor, pode ser estudado sob diversos aspectos: 1) pelo mais perceptível: a realização vocal da língua; 2) pelo mecanismo dessa produção: a conversão da língua em discurso, através da observação do como o “sentido” se forma em “palavras” e 3) pelo quadro formal de sua realização: verificação de como as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram.

Como a constituição do *corpus* aqui discutido envolve a oralidade, buscamos salientar o aspecto vocal da enunciação e, quanto a esse aspecto, o autor ressalta o seguinte:

Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas ramificações gerais como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o lingüista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade de situações nas quais a enunciação é produzida (Benveniste, 1989: 82).

Assim, a oralidade, considerada no interior do quadro enunciativo, instancia a linguagem como um modo de ação, cuja função é vincular locutor e alocutário em um jogo marcado por uma relação intersubjetiva de produção de sentidos no discurso, conforme observamos na argumentação de Benveniste (1989:87):

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura de *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação.

Mesmo considerando que o discurso oral apresenta especificidades e características gerais (Marcuschi, 2003; Hilgert, 2001, 2002, 2003; Barros, 2001), não se pode, de uma perspectiva enunciativa, deixar de levar em conta que há sempre nessa enunciação traços individuais, já que nem mesmo um único sujeito reproduz as marcas da enunciação anterior devido ao tempo e ao espaço de produção de discurso serem sempre novos. A enunciação oral, por esse ponto de vista, é concebida como um processo de produção intersubjetiva, lugar de conversão da língua em discurso e da atualização do sentido em palavras pelo locutor. Desse modo, os aspectos gerais relativos à oralidade, tais como correção, paráfrase e repetição, são tomados como elementos que instanciam um sentido particular no discurso, através da relação intersubjetiva. Isso porque locutor e alocutário parecem buscar “ajustes” de sentido no espaço de partilha de suas enunciações.

3.2 SOBRE A TRANSCRIÇÃO

A transcrição de dados, como outro passo metodológico, coloca o pesquisador de oralidade diante de alguns dilemas: 1) é possível dar conta de tudo que aparece no dado oral em uma transcrição?, 2) o ponto de vista teórico da pesquisa faz parte da transcrição de dados ou a transcrição de dados deve ser teoricamente neutra e, nesse sentido, poder subsidiar diferentes pesquisas? e 3) é possível fazer uma reflexão linguística que tome por base as singularidades constitutivas da atividade linguística do locutor-transcritor na passagem do oral para o escrito na transcrição?

O primeiro questionamento coloca o pesquisador enunciativo diante dos limites da transcrição acarretados pela relação fala/escrita, já que se torna impossível dar conta de “tudo” que se apresenta na oralidade em sua representação escrita. E daí a conclusão: *a oralidade excede os limites da transcrição*.

A verificação do dado oral transcrito nas pesquisas revela a heterogeneidade de sua constituição, pois ora o discurso transcrito aparece com muitas marcas específicas, ora com poucas marcas, ora com comentários do transcritor e ora sem comentário do transcritor. Essas diferenças possibilitam pensar que a transformação do dado oral em dado transcrito está na dependência do ponto de vista teórico escolhido. De fato, como já afirmara Saussure

(2000:15), o ponto de vista cria o objeto, o que resulta na *impossibilidade de uma transcrição de dados ser neutra ou isenta de um olhar teórico*. Diante dessas constatações, é possível retomar o questionamento: é possível fazer uma reflexão linguística que tome por base as singularidades constitutivas da atividade linguística na transcrição dos dados?

Transcrever um texto falado é fazer a passagem para outro escrito. Como escrita oralizada, uma transcrição ideal, conforme Hilgert (1989), seria aquela em que se pudesse reconstruir a qualquer momento, com fidelidade, o original falado. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de este intento ser impossível, o que se deve ao fato de a transcrição “ser moldada pela subjetividade com que o transcritor compreende o texto falado” (Hilgert,1989:69). Marcuschi (2003:49) também observa que “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados”. Neste caminho, observa o autor, “há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas” (Marcuschi, 2003: 49).

Nessas decisões, encontra-se o ato interpretativo do transcritor que escolhe os caracteres formais para constituir o discurso transcrito. Na transformação do oral em escrito, algo “falta”, porque essa conversão implica um recorte relacionado à instanciação da escrita na oralidade e da oralidade na escrita. É nessa dialética que se situa outro paradoxo, não do observador como diria Labov (1971), mas do transcritor, já que na transcrição “insiste-se em assinalar o que não pôde passar diretamente de um sistema para outro como um ‘resto’ que necessita de adaptação em nível de conteúdo” (Rey-Debove, 1996:75). É nesse “resto” que reside, segundo Rey-Debove (1996), o essencial da distinção entre o oral e o escrito. Além disso, não se pode deixar de considerar, como argumenta a autora, que a passagem do oral para o escrito não é icônica, visto não haver um isomorfismo entre os grafemas da palavra escrita e os fonemas da palavra falada, sendo, por isso, bastante aleatório “representar” o oral.

Compreender a transcrição como um ato de enunciação requer pensá-la à luz da estrutura enunciativa *eu-tu-ele/aqui/agora* e isso implica considerar as categorias de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço* em um processo que constitui o próprio ato. No caso da transcrição, tem-se um ato que insere um locutor (o transcritor), que busca referir pelo discurso através de índices específicos, atualizando a cena enunciativa em seu caráter subjetivo. Nesse sentido, o locutor-transcritor é a pessoa na instância de discurso que atualiza e presentifica, na escrita, o verbal e o não-verbal da cena enunciativa. Ao atualizar esse dado oral em uma escrita marcada por convenções próprias, instancia a subjetividade constitutiva de todo ato enunciativo.

O transcritor, ao se apropriar do aparelho formal de enunciação, institui-se como locutor para produzir referências e sentidos no discurso transcrito. Tais sentidos construídos pelo locutor-transcritor para o observável instanciam o teórico não presente na linearidade do discurso transcrito, mas constitutivo dele, já que está presente no transcritor um ponto de vista teórico *a priori* que prevê produção de referências, através de marcas específicas e comentários para elementos verbais e não-verbais contidos na cena. Esse ponto de vista teórico é criador do objeto transcrito.

A utilização da língua por aquele que fala introduz, em primeiro lugar, o locutor em sua enunciação, através de um jogo de formas específicas, inserindo-o em relação constante e necessária com um alocutário. No caso da transcrição, as marcas que envolvem a técnica do transcrever instanciam o caráter de *intersubjetividade* da enunciação, já que o transcritor busca constituir o dado como um fato apreensível e analisável para um outro. Por isso, enquanto locutor, marca-se como *eu* na enunciação transcrita e constitui seu alocutário (o analista), representado no discurso transcrito como *tu*. No jogo de inversibilidade enunciativa, o analista, por sua vez, ao se apropriar da língua, declara-se como novo locutor. Assim, o locutor-transcritor escuta e observa a cena, escrevendo-a para um alocutário-analista, que não será um ouvinte do oral, mas um leitor do oral, já que a transcrição constitui-se numa escrita oralizada. Essa relação instaura um novo paradoxo para o pesquisador enunciativo.

Na enunciação do oral, aquele que enuncia está presente no *aqui* e *agora* da alocação, enquanto na enunciação escrita aquele que se enunciou está ausente. Como aponta Surreaux (2006), aparece aí um jogo entre essas duas enunciações: a enunciação oral e a enunciação transcrita. Por isso, a autora reflete acerca da presença de dois locutores, o que se enuncia na fala e o que se enuncia na escrita (transcrição). Nesse sentido, tem-se, de um lado, a enunciação do locutor do oral com o seu alocutário, que coloca em jogo os sujeitos, a situação (o *aqui* e o *agora*), os instrumentos e os mecanismos de sua realização (a estrutura da língua); de outro lado, a enunciação vinculada ao ato de transcrever que coloca em cena o locutor (transcritor), a cena a ser transcrita, o alocutário (possivelmente o analista), a situação, os instrumentos e os mecanismos de sua realização (a estrutura da língua e os caracteres formais de marcação do oral no escrito). Como afirma Surreaux (2006:139), “trata-se, portanto, de coexistirem na transcrição duas cenas enunciativas: a primeira que é constituída por uma perda fundante, já que tudo não se transcreve; a segunda que é a do transcritor, já que a transcrição é sempre produto de um ato interpretativo”. Nessa impossibilidade de correspondência entre a oralidade e a escrita, o transcritor busca, no escrito, aproximar-se do oral através de determinadas convenções, fazendo aparecer nos

discursos transcritos a invasão cada vez maior de caracteres não pertencentes à língua escrita (Rey-Debove, 1996: 79).

A transcrição, considerada da perspectiva enunciativa, sempre é única e particular, porque o transcritor já está caminhando em direção do alocutário-analista, fornecendo-lhe elementos para se constituir como locutor e continuar o percurso de produção de referências. Entre o dado e a transcrição há um sujeito transcritor que singulariza o oral para transformá-lo em fato enunciativo de análise. Com isso, situa-se em um “paradoxo”, já que sempre “restam” elementos da cena que lhe escapam. Nesse caso, vale lembrar: o ato de transcrever, como uma atividade interpretativa, mostra a subjetividade do transcritor, que lhe é constitutiva.

Por ser a enunciação sempre única e irrepitível, cada manifestação dos sujeitos é tomada como estrutura enunciativa que instancia a linguagem, como lugar que comporta a língua no domínio de unicidade e os sujeitos no domínio singular do ato sempre novo que realizam. Como ao se enunciar o transcritor está submetido à teoria e às especificidades da enunciação primeira (a da oralidade), ao mesmo tempo em que se marca no dizer, para transcrever, nessa perspectiva, consideramos aspectos que levam em conta a *teoria*, a natureza do *corpus* e o *transcritor* (Silva, 2007; 2009).

Portanto, em enunciação o *dado* não é considerado “dado”, porque é produto de um ponto de vista. A transcrição, por sua vez, já é um início de análise, porque há um locutor produtor de referências que se marca no discurso. Nesse caso, o pesquisador enunciativo de oralidade constitui, por meio da transcrição, fatos enunciativos de linguagem em que estão implicados, simultaneamente, um *dizer* e um *mostrar* (Flores, 2006). Quanto aspecto de *dizer*, a transcrição comporta uma instância de enunciação e, ao menos quanto ao aspecto *mostrado*, uma instância inefável. Assim, Flores (*op. cit.*) ressalta que

7 A transcrição tem estatuto singular no campo da enunciação.

7.1 Transcrever é condição da análise empreendida em linguística, sendo até mesmo uma etapa da análise.

7.2 A transcrição, vista como ato enunciativo, como um *mostrar* de um *dizer* que comporta, ela mesma, um outro *dizer*, pode ser estendida a estudos de diferentes *corpora*.

7.3 Cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível: é o efêmero da enunciação.

7.4 Não há integralidade na transcrição.

8 Algo permanece fora do campo do transcrito, à moda de um recalçamento. Afinal, transcrever é ato de produção de um dizer, é enunciar, e se há enunciação, há sujeito. (Flores, 2006: 74)

O *fato enunciativo de linguagem* se configura no produto de um ponto de vista, o que cria o objeto a ser analisado. A expressão “fato linguístico” é autorizada pelo próprio mestre enunciativo, quando em texto de 1962, *Os níveis de análise lingüística*, diz:

“quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como fato, isto é, aos critérios que o definem como tal” (Benveniste,1995:127)

Tais fatos podem ser apresentados em *recortes, episódios, cenas*, etc, possibilitando ao pesquisador deter-se no que seleciona para análise, objeto de reflexão do item seguinte.

3.3 SOBRE A ANÁLISE

Estudar a linguagem desde o prisma de uma Teoria da Enunciação é abordar qualquer nível e unidade da língua pelo ponto de vista do sentido. De fato, a perspectiva enunciativa de orientação benvenistiana não elege apenas certos aspectos da língua como indicadores da “presença do homem na língua”, mas a língua constituída no discurso. Isso porque seu objeto é “todo mecanismo linguístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso” (Flores & Teixeira, 2005). Por isso, diferentes fenômenos linguísticos e de qualquer nível (sintático, morfológico, etc.) podem ser abordados por uma visão enunciativa. Assim, não se elenca nenhum fenômeno linguístico *a priori* para análise, já que se trata do jogo existente, na enunciação, entre língua e discurso.

Levando em conta que nessa perspectiva o objeto inclui o sujeito, a enunciação é sempre única e irrepitível, por isso, cada análise da linguagem é única também, embora a organização do sistema da língua seja da ordem do repetível. É justamente esse jogo entre a ordem do repetível e do irrepitível de que trata uma análise enunciativa.

A delimitação da unidade de análise constitui condição de configuração de um aparato metodológico nos estudos da linguagem e, como tal, também envolve um gesto teórico do investigador. É no texto “Os níveis da análise lingüística” que Benveniste (1995) parece delimitar a unidade de análise, levando em conta que as unidades de diferentes níveis da língua precisam ser definidas pela articulação entre forma e sentido. Por isso, considera que a *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de *dissociar-se* em constituintes de nível inferior e que o *sentido* define-se como a sua capacidade de *integrar* uma unidade de nível superior. A partir da reflexão que realiza sobre o sistema linguístico em

todos os seus níveis, o autor chega à unidade que considera ser necessário delimitar na linguagem em ação: a *frase*¹².

Com efeito, para ele, com a frase, deixa-se o domínio da língua como sistema de signos e se entra no universo da língua convertida em discurso, como vemos em suas palavras:

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas lingüísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso (Benveniste, 1995:139).

Na verdade, a frase por ser, segundo o autor, uma unidade completa, contém, ao mesmo tempo, sentido e referência, e isso é o que a torna analisável para o próprio locutor. Isso aponta para a necessidade de se considerar o *diálogo* como lugar em que ocorre a apropriação da *palavra* pelo locutor a partir da escuta da *frase* do outro. Nesse caso, *eu e tu* não são olhados como papéis reversíveis na interação, mas como instâncias de funcionamento lingüístico-discursivo, uma vez que o modo como cada *locutor se apropria* da língua e instaura o *alocutário* no momento “presente” produz sentidos e referências, que vão se constituindo e se configurando em atos enunciativos posteriores.

Benveniste chama a atenção no texto “O aparelho formal da enunciação” que é o ato mesmo de produzir o enunciado e não o texto do enunciado o seu objeto de estudo enunciativo: “Deve-se considerá-la [a enunciação] como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos dessa relação” (Benveniste, 1989: 82). O autor aponta ainda outro aspecto: “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (Benveniste, 1989:83). Essas questões pontuadas pelo autor encaminham o pesquisador a levantar os seguintes questionamentos: “O que se elege para análise? O ato ou o discurso? O dizer ou o dito?” As respostas a esses questionamentos podem ser formuladas com a consideração de dois pontos: O primeiro ponto diz respeito ao fato de que, em enunciação, busca-se refletir o dizer e não somente o dito. Nesse caso, um estudo enunciativo prioriza o fato de o locutor ter dito o que disse e não o conteúdo do dito, argumento embasado nas palavras de Benveniste (1989:82):

É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta.

¹² Vale lembrar que, para Benveniste, a “frase” é considerada como língua em uso, ou seja, como produto da enunciação, e não, no sentido tradicional do termo.

A análise do dito encaminha o pesquisador a chegar à enunciação, o dizer. Isso porque, como já ressaltado, são as marcas deixadas no dito (enunciado/discurso) que possibilitam constituir o dizer (a enunciação). O segundo ponto põe em relevo o fato de que, em enunciação, há uma preocupação maior com o *como* se diz e menor com o *que* se diz. Dessa maneira, as análises priorizam mais o *modo* como elementos de um discurso estão relacionados, organizados, sintagmatizados para produzir sentidos sempre novos do que propriamente com significados pré-construídos.

As reflexões produzidas mostram que o analista enunciativo considera a *enunciação*, de um lado, como *ato*, de outro lado, como *discurso*. Através do *ato de enunciação*, pode observar as relações que lhe são constitutivas. Nesse caso, trata da relação entre as pessoas do discurso (*eu-tu*) e da relação entre as pessoas e a língua que se atualiza no discurso (*ele*), tratando da instanciação da intersubjetividade enunciativa e da relação do locutor com sua enunciação. Através do *discurso*, o pesquisador pode verificar justamente a produção de referências pelo locutor e de co-referência pelo alocutário, tratando, nesse jogo, das formas e mecanismos enunciativos agenciados na conversão da língua em discurso. Nesse tratamento da enunciação como *ato* e como *discurso*, aparece, como um dos elementos centrais da análise, a semantização da língua, em que a análise focaliza a maneira como as formas linguísticas se diversificam e se engendram para produzir sentidos únicos a cada enunciação.

As questões teórico-metodológicas constitutivas do campo *Linguística da Enunciação* apontam para a diversidade, visto haver diferentes teorias abrigadas sob um mesmo rótulo. A falta de consenso possibilita o debate acerca dos aspectos que distinguem uma teoria da outra e permitem aos estudiosos do campo fazer escolhas para olhar a linguagem. No entanto, mesmo com a diversidade, essa perspectiva de estudos da linguagem apresenta algo que a delimita como um campo de saber. Essa delimitação parece estar circunscrita em um ponto que é transversal à noção de enunciação trazida pelos diferentes autores do campo: a enunciação é atividade/ato/acontecimento vinculado(a) à atualização da língua em discurso/enunciado pelo locutor. Procurar estabelecer a relação entre o discurso produzido e o acontecimento/atividade/ato parece ser o desafio de um estudioso enunciativo.

4. DO DADO ESCRITO AO FATO ENUNCIATIVO DE ANÁLISE

Em seu célebre artigo “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste acentua a subjetividade e a intersubjetividade como pertencentes a um quadro dialógico constitutivo da língua. Ao enunciar-se na escrita, o locutor mobiliza, assim como na forma sonora, uma outra

enunciação de retorno. Se não o faz com a mesma presença pontual exigida pela oralidade, inegavelmente há uma presença/ausência desejada ou imaginada. Especificamente sobre a escrita, apenas uma menção no final do texto:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (1989: 90).

A conclusão possível depreendida deste final é que Benveniste já vislumbrava a existência de uma *enunciação escrita* e que também ela pressupõe a intersubjetividade dialógica ao fazer *os indivíduos se enunciarem*.

Ainda no mesmo artigo, temos a definição de enunciação: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*op. cit.*: 82). A partir desta definição, duas outras afirmações são possíveis: 1) a língua é entendida em sua totalidade – fala e escrita, sendo ambas suportes para a língua. 2) *um ato individual de utilização* significa um agir sobre a língua. Se há, portanto, uma *apropriação* no momento mesmo da enunciação, essa relação se estende para a escrita. Dessa forma, é lícito dizer que o locutor *mobiliza a língua por sua conta*, usando os meios de que dispõe para produzir um enunciado. Tais “meios” ou índices têm uma *descrição um pouco abstrata* (1989:84) no dizer de Benveniste, logo, cabem à fala e à escrita. Esses termos que se constituem no momento da enunciação são o resultado da ação do homem na língua.

Assim, ao libertar-se do jugo sonoro, a escrita apresenta-se como pura forma, não sendo mais relacionada ao som, torna-se imaterial. Esse é, pois, o conceito de escrita capaz de aproximá-la da Teoria da Enunciação. Pelo viés de uma escrita dotada de um sistema próprio torna-se possível postular a existência de uma enunciação escrita, de certa forma, já apontada por Benveniste em alguns trechos de sua obra. Em outras palavras, acreditamos que a construção epistemológica subjacente ao *aparelho formal de enunciação*, preconizado por Benveniste em 1970 para a língua tomada em sua totalidade, permite que se aborde a escrita como um lugar de enunciação com características próprias.

4.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Como vimos, a escrita é um acontecimento enunciativo, um ato de enunciação, pois, o aparelho formal de enunciação, situado no interior da língua, está à disposição de todo sujeito – quer ele fale ou escreva.

Sendo, portanto, a escrita, como toda enunciação, cada vez única e irrepetível, somente será possível reter o movimento do sujeito através de rastros que são a sua história. Por esta razão, o rascunho e a versão final do texto deverão ser tomados como possibilidades de descortinar a negociação do sujeito com o interlocutor e com a língua. Apenas o movimento deixa surpreendê-lo.

4.2 A UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade das análises enunciativas é a *frase*, tal como entendida por Benveniste, ou seja, um *enunciado* obtido a partir de um recorte que obedece aos limites do sentido e não da forma e que é indiferente ao que é tradicionalmente denominado frase ou parágrafo na literatura gramatical.

Segundo Benveniste (1995:139), “a frase é a unidade do discurso”, resultando em delimitação de extensão variável de acordo com o sentido, sendo impossível determinar de antemão se o sentido de um enunciado se esgotará em um parágrafo ou em uma frase (como a entende a gramática tradicional). Por vezes, a negociação do sujeito com a língua poderá ser apreendida na substituição até de uma palavra pela outra, podendo ser este o enunciado analisado. Enfim, a referência de cada enunciação é determinante em uma análise benvenestiana.

A delimitação do que pode ser considerado um enunciado se dá, portanto, tendo em vista o *recorte enunciativo*. Trata-se de unidade de extensão variável, pois sua totalidade está submetida ao sentido. Um *recorte enunciativo* esgota-se no limite do sentido do que se quer analisar, que pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo ou todo o texto.

Importa ainda esclarecer que estamos utilizando a expressão *recorte enunciativo* para identificar dois momentos de análise, momentos que são a um só tempo distintos e complementares: a) o *recorte enunciativo* é uma operação pela qual se estabelece o *enunciado* – a frase na terminologia de Benveniste - isto é, a unidade de análise; b) o *recorte enunciativo* é uma operação pela qual se estabelecem os *fatos* a serem analisados. Em ambos os usos, a expressão *recorte enunciativo* nomeia o procedimento de estabelecer o *ponto de vista criador do objeto*, ou seja, a expressão sintetiza o olhar do pesquisador na determinação do *fato* linguístico no momento em que este for tomado para estudo e o fenômeno, o objeto, em análise.

4.3 A ANÁLISE

Decorrente desse entendimento, os movimentos feitos pelo sujeito durante o processo da escrita apenas poderão ser observados se tomados como rastros. O que se pode acompanhar é a história de cada escrita materializada no rascunho e na versão final de um texto, tomado como possibilidade de descortinar a negociação do sujeito com o interlocutor e com a língua, capturada através de três movimentos, conforme Endruweit (2006): supressão, inserção e substituição

4.3.1 SUPRESSÃO

Esse movimento diz respeito ao reconhecimento de um elemento, frase ou parágrafo grafado de forma inadequada ou situado em local impróprio. Embora seja possível encontrar termos suprimidos sem ser rasurados, a forma mais usual de supressão é a rasura, cujo uso não se apresenta de forma única e padronizada. Distinguem-se dois tipos de rasura, uma mais radical, aqui nomeada de *total* em que não há inserção de outro termo, e outra mais moderada, denominada de *parcial* apresentando duas variantes: a) com inserção e b) sem inserção.

A *supressão* busca elidir, em diferentes níveis, o que já foi escrito. Aqui, o jogo é de esconder, às vezes de si mesmo, o que já foi marcado no papel. A volta sobre o próprio escrito tenta apagar as pegadas, deixando apenas rastros.

A rasura é um drama pessoal. É uma escolha entre tantos caminhos possíveis. A luta com o termo “certo para melhor dizer o que se quer dizer” confere a esse movimento um estatuto muito particular. Silveira (2003:106), ao estudar os manuscritos de Ferdinand de Saussure, considera que “os termos rasurados não descansam em paz mesmo após serem rasurados repetidamente e às vezes até quase à exaustão”. Os impasses revelados pela rasura tornam-se visíveis na tentativa da escrita e da reescrita sobrepostas. É a história da escrita. Cada termo rasurado é escada para o novo termo, pois é do que já não é que se faz o que será. Não há, portanto, a folha em branco, temos versões sobrepostas, eternos palimpsestos, sendo sempre refeitos em uma incansável escrita.

4.3.2 INSERÇÃO

Ao contrário da supressão, em que há a retirada do que pode ser entendido como sendo um excesso, a inserção ocorre quando são acrescentados termos ou trechos ao que já foi

escrito, na tentativa de completar o sentido, mas sem a supressão do que já existia. A busca em ambos os movimentos - supressão e inserção - é a mesma: entre o que sobra e o que falta, a completude com o “tu”.

É possível constatar a presença de duas formas de inserção: a) a inserção efetuada no rascunho e que se mantém na versão final e b) a inserção que ocorre apenas na versão final. Para examinar detidamente as formas de inserção faz-se necessário comparar as duas versões pertencentes ao *corpus*.

A *inserção* parece ir em direção ao *tu* com mais força do que a *supressão*. Se o que foi apagado acontece entre o *eu* e a língua, e por essa razão pode ser riscado, a *inserção* é uma marca visível, não um engano. O caminho está certo, basta apenas melhorá-lo. Diferentemente da rasura, o movimento da inserção não se marca pela decisão entre abordagens a seguir ou entre os elementos do léxico, sugerindo que o inciso é posterior à rasura. A luta do enunciador agora é com o que já está escrito, sua preocupação, portanto, é burilar e não iniciar.

4.3.3 SUBSTITUIÇÃO

A substituição caracteriza-se por ser um movimento no qual há alterações na ordem em que as expressões são escritas, mudança no léxico (a forma de grafia das palavras) e modificações semânticas. Esse rearranjar dos elementos escritos difere dos dois movimentos anteriores, nos quais havia uma supressão ou uma inserção de palavras ou expressões novas, por não haver elisão nem acréscimo de nenhum termo adicional.

A *substituição* indica uma certa sofisticação do locutor. Há nesse ir e vir de expressões, de palavras e até de parágrafos um esforço em precisar ao *tu* o melhor sentido. A liberdade de movimentar o que já foi escrito aproxima ainda mais *eu-tu*. De certo modo, a *substituição* releva da *rasura* e da *inserção*. São momentos distintos de permuta com a língua, em que um destes movimentos se sobressai aos outros dois, mas não podem ser entendidos como dissociados. Um sempre implica os outros dois. Não é possível apenas rasurar, é preciso inserir algo no lugar do que foi retirado. Mas este lugar não é, nem pode ser, fixo; logo, é preciso substituir para poder fazer a escrita avançar. Esses são os movimentos da escrita enunciativa.

5. PARA CONCLUIR

Buscamos com esta reflexão trazer à discussão questões próprias da metodologia em uma linguística enunciativa, especificamente, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Tomadas como enunciação, a oralidade e a escrita, ofereceram a possibilidade de apontarmos um caminho de análise tendo a intersubjetividade como pressuposto.

O estudo da oralidade em enunciação comporta diferentes instâncias de intersubjetividade. O diálogo enunciativo, nesse caso, constitui, de um lado, locutor e alocutário da situação oral, de outro lado, locutor e alocutário vinculados ao ato de transcrever. Entre um ato e outro algo permanece e algo se perde. O importante é considerar que nessas instâncias enunciativas há sempre um sujeito que se marca no dizer.

Na escrita o sujeito faz sua marca. Entender que o sujeito deixa traços ao escrever releva da própria conceituação de enunciação: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989:82).

Certamente, esta outra forma de entender a escrita significa desligá-la de sua relação com o alfabeto e entendê-la como possibilidade de significar outra coisa além do que o código lhe atribui. Não esqueçamos, no entanto, que representar é, sim, uma propriedade da escrita; significar decorre da atividade do escrevente, sem a qual, a primeira nada seria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
2. BARROS, Diana Luz Pessoa de. Enunciação e língua falada. In: *Dino Pretti e seus temas: oralidade, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez. p. 51-61, 2001.
3. BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
4. _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
5. BRESSAN, Nilvia Thaís W. *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não-pessoa na teoria de Émile Benveniste*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
6. DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Vol I. São Paulo: Ensaio, 1993.
7. ENDRUWEIT, Magali L. A Teoria da Enunciação e a escrita. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, (nº 138, v.39), 2004.
8. _____. *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

9. _____. A escrita em Saussure. *ReVEL*. Edição especial n. 2, 2008.
10. FLORES, Valdir. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: Edipuc, 1999.
11. _____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). In: *Letras de hoje*. Nº 126. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
12. _____. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. *Organon* (UFRGS), v. 1, p. 177-190, 2009.
13. _____. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon* (UFRGS), v. 40-41, p. 30-45, 2006.
14. FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 2005.
15. TEIXEIRA, Marlene e FLORES, Valdir. *Da subjetividade na linguagem: linguística e psicanálise*. Ijuí: Ed.UNIJUI, 1995.
16. HILGERT, José Gaston. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: PRETTI, Dino (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p.89-124, 2002.
17. _____. A qualificação discursiva no texto falado. In: *Dino Pretti e seus temas: oralidade, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez. p 62-84, 2001.
18. _____. *A paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo*. São Paulo: USP. 1989. Tese de doutorado.
19. _____. O monitoramento de problemas de compreensão na construção do texto falado. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas (Unicamp), SP, v. 44, p. 223-238, jan/jun 2003.
20. LABOV, W. Methodology. In: W. Dingwall (ed.). *A survey of linguistic science*. University of Maryland Linguistics Program, 1971.
21. LICHTENBERG, Sônia. *Uso de indefinidos no Português. Uma abordagem enunciativa*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
22. MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
23. NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L. et al. *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.
24. POE, Edgar Allan. *A carta roubada*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2003.
25. REY-DEBOVE, J. À procura de distinção oral/escrito. In: CATAH, Nina (org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, p. 75-90, 1996.

26. SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
27. SURREAUX, L. M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
28. SILVA, Carmem Luci da C. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
29. _____. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2007a. (Tese de doutorado)
30. SILVA, Silvana. *Enunciação e sintaxe: uma abordagem das preposições no português*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2005.
31. SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da lingüística*. Tese de doutorado, São Paulo: Unicamp, 2003.

ABSTRACT: This work aims at discussing the constitution of a methodology in Émile Benveniste's Enunciation Theory. Oral and written productions taken as *corpus* offer a model of analysis in which intersubjectivity is key. Enunciation, which is conceived as an individual act of language appropriation, places subjects one before the other and shows the peculiar game of form updating to produce meanings always particular to each act. As a consequence, all the stages of research on enunciation, from the constitution of the *corpora* up to the analysis of the enunciative facts of language, testify to the uniqueness of the enunciative dialogue between an *I* and a *you* and show that the production of references is connected to the specific situation of individual conversion of the language into discourse.

KEY-WORDS: Enunciation Theory; oral and written productions; methodology.

Recebido no dia 30 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 02 de março de 2011.